



Concurso Público para provimento de cargo de
Analista do Ministério Público
Área Direito

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto abaixo.

Em 2010, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, o índice de pobreza foi maior nos subúrbios do que nas grandes cidades em torno das quais eles gravitam.

Demógrafos, como William Frey, e urbanistas, como Vishaan Chakrabarti e outros, hoje chegam a decretar a morte dos subúrbios, que consideram insustentáveis do ponto de vista econômico e pouco eficientes como modelos de planejamento urbano. Em entrevista ao jornal Financial Times, Frey fala em "puxar o freio" de um sistema que pautou os EUA até hoje. É uma metáfora que faz ainda mais sentido quando se considera a enorme dependência dos subúrbios do uso do automóvel.

Detroit é o caso mais tangível. A cidade que dependia da indústria automobilística faliu porque os moradores mais abastados migraram para os subúrbios a bordo de seus carros, deixando no centro as classes mais pobres, que pouco contribuem com impostos.

Mas é das cinzas de centros combalidos como esse que novas cidades estão surgindo. Em Detroit, os únicos sinais de vida estão no miolo da cidade, em ruas que podem ser frequentadas por pedestres e que aos poucos prescindirão dos carros, já que está em estudo a ressurreição de um sistema de bondes.

O número de jovens que dirigem carros também está em queda livre no país. Isso ajuda a explicar por que o bonde urbano e grandes projetos de transporte público estão com toda a força. Enquanto o metrô de superfície ou linhas de ônibus não chegam a cidades desacostumadas ao transporte coletivo, as bicicletas de aluguel ganham fôlego impressionante.

Nessa troca das quatro rodas por duas, ou mesmo pelos pés, volta a entrar em cena o poder de atração das grandes metrópoles, a reboque da revitalização de grandes centros urbanos antes degradados. Há dois anos, pela primeira vez, a população das metrópoles americanas superou o número de residentes em seus subúrbios.

"Hoje mais pessoas vivem nas cidades do que nos subúrbios. Estamos vendo surgir uma nova geração urbana nos Estados Unidos", diz Vishaan Chakrabarti. "Essas pessoas dirigem menos, moram em apartamentos mais econômicos, têm mais mobilidade social e mais oportunidades." Nessa mesma linha, arquitetos e urbanistas vêm escrevendo livro atrás de livro no afã de explicar o ressurgimento da metrópole como panaceia urbanística global.

(Adaptado de: Silas Marti. **Folha de S. Paulo**, Ilustríssima. Acessado em: 28/07/2013)

1. Depreende-se corretamente do texto que
 - (A) há mais pessoas vivendo nas cidades americanas do que nos subúrbios porque nelas a mobilidade é mais fácil e a moradia menos dispendiosa.
 - (B) diminuiu a quantidade de jovens americanos com poder aquisitivo para adquirir um carro, devido às altas taxas de desemprego no país.
 - (C) a revitalização da cidade de Detroit prevê a criação de vias expressas que facilitem a interligação entre subúrbio e centro.
 - (D) a metáfora usada pelo especialista em urbanismo, "puxar o freio", refere-se ao fato de que os Estados Unidos estão investindo em veículos menos poluentes.
 - (E) o atual aumento no número de residentes nos subúrbios americanos está relacionado ao empobrecimento da população que habita os centros urbanos.

2. Sem prejuízo para a correção e o sentido, o elemento sublinhado pode ser substituído pelo indicado entre parênteses em:
 - (A) no afã de explicar (com a esperança de)
 - (B) panaceia urbanística global (sistema de vida)
 - (C) centros combalidos (debilitados)
 - (D) um sistema que pautou os EUA até hoje (subjogou)
 - (E) Detroit é o caso mais tangível! (contestável)

3. Está correto o que se afirma em:
 - (A) No segmento *chegam a decretar a morte dos subúrbios, que consideram insustentáveis do ponto de vista econômico*, a vírgula pode ser suprimida, sem prejuízo para o sentido original. (2º parágrafo)
 - (B) Sem que nenhuma outra alteração seja feita, o verbo grifado na frase *ruas (...) que aos poucos prescindirão dos carros* pode ser corretamente substituído por **dispensarão**. (4º parágrafo)
 - (C) Na frase *O número de jovens que dirigem carros também está em queda livre no país*, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após **jovens**, sem prejuízo para a correção. (5º parágrafo)
 - (D) O segmento sublinhado em *a reboque da revitalização de grandes centros urbanos antes degradados* pode ser substituído por **atrelado à**, sem prejuízo para a correção e o sentido originais. (6º parágrafo)
 - (E) De acordo com o contexto, o segmento isolado por vírgulas pode ser isolado por parênteses na frase: *a bordo de seus carros, deixando no centro as classes mais pobres, que pouco contribuem...* (3º parágrafo)

4. Alterando-se a redação de um segmento do texto, o sinal indicativo de crase foi empregado de modo INCORRETO em:
 - (A) Enquanto o metrô de superfície ou linhas de ônibus não chegam às cidades desacostumadas ao transporte coletivo...
 - (B) A cidade que se ergueu à custa da indústria automobilística...
 - (C) ... volta à cena o poder de atração das grandes metrópoles...
 - (D) ... quando se leva em conta à enorme dependência dos subúrbios do uso do automóvel.
 - (E) ... restou às classes mais pobres de Detroit, que pouco contribuem com impostos, permanecer no centro da cidade.



5. ... a população das metrópoles americanas superou o número de residentes em seus subúrbios. (6º parágrafo)

O verbo que, no contexto, exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está corretamente empregado em:

- (A) ... do que nas grandes cidades em torno das quais eles gravitam.
- (B) Mas é das cinzas de centros combalidos como esse que novas cidades estão surgindo.
- (C) ... o índice de pobreza foi maior nos subúrbios...
- (D) ... que pouco contribuem com impostos.
- (E) O número de jovens que dirigem carros...

6. Isso ajuda a explicar por que o bonde urbano e grandes projetos de transporte público estão com toda a força.

O elemento grifado acima preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) Detroit acaba de pedir resgate ao governo do Estado de Michigan está soterrada em dívidas.
- (B) Ao se constatar que o capital se movimenta nas grandes cidades, com suas redes de conexão, compreende-se há interesse na revitalização dos centros urbanos.
- (C) encarecem rapidamente, os bairros revitalizados acabam expulsando dali as classes mais baixas.
- (D) Os embates em Istambul começaram se cogitou transformar um parque em *shopping center*.
- (E) A perda de mobilidade explica em parte o de algumas metrópoles brasileiras estarem cedendo às ideias de um urbanismo mais saudável.

7. A frase em que o elemento sublinhado NÃO é um pronome está em:

- (A) ... chegam a decretar a morte dos subúrbios, *que* consideram insustentáveis...
- (B) ... em ruas que podem ser frequentadas por pedestres...
- (C) ... já que está em estudo a ressurreição de um sistema de bondes.
- (D) ... nas grandes cidades em torno das quais eles gravitam.
- (E) É uma metáfora que faz ainda mais sentido quando...

8. Urbanistas, como o arquiteto britânico Adrian Ellis, radicalizado nos Estados Unidos, já a era da "plutocratização" das metrópoles. Este mesmo arquiteto lembra que mais tráfego aéreo entre Nova York e Londres do que entre a maior cidade americana e qualquer outro ponto dos EUA: "Essas são cidades globais, pontos nevrálgicos do mundo, que todo o capital".

Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas:

- (A) anuncia – existem – concentra
- (B) anunciam – existe – concentram
- (C) anunciam – existem – concentra
- (D) anuncia – existem – concentram
- (E) anuncia – existe – concentra

- Atenção: As questões de números 9 a 14 referem-se ao texto abaixo.

Deixando de lado nosso medo da solidão, a verdade é que nossa mente é única. Isso significa que todo empenho de comunicação entre duas mentes esbarrará com obstáculos intransponíveis. Não é assim que sentimos, pois temos a impressão de nos comunicarmos uns com os outros o tempo todo. Mas ela é falsa e deriva apenas de usarmos os mesmos símbolos – as palavras, ordenadas de uma mesma forma e regidas pela gramática de cada língua. O cérebro é geneticamente diferente, a não ser no raro caso de gêmeos idênticos, e nossas experiências de vida também o são; as formas como registramos e decodificamos tais experiências são absolutamente pessoais, não são sequer influenciadas de forma direta pela família que tivemos ou pelo meio social em que crescemos. Mesmo que as famílias queiram influenciar ao máximo seus descendentes, cada criança conclui de modo próprio sobre os fatos que observa e sobre tudo que ocorre a ela. Suas conclusões, algumas equivocadas, determinarão suas futuras ações e influirão em seus pensamentos subseqüentes. Somos seres únicos e deveríamos nos orgulhar disso. Porém, ao contrário, nos sentimos profundamente solitários em virtude dessa verdade que, em certo sentido, nos faz menos insignificantes justamente por sermos únicos.

(Adaptado de: Flavio Gikovate, **Ensaio sobre o amor e a solidão**. São Paulo, MG Editores, 2006, 6. ed.)

9. Segundo o autor, é falsa a impressão de que

- (A) nos comunicamos uns com os outros.
- (B) estamos sozinhos no universo.
- (C) apenas gêmeos idênticos pensam da mesma maneira.
- (D) os pensamentos das crianças determinam seu modo de agir.
- (E) nossa mente é única.

10. ... e nossas experiências de vida também o são...

Considerando-se o contexto, o elemento grifado alude a

- (A) falsas.
- (B) idênticas.
- (C) diferentes.
- (D) influenciadas.
- (E) pessoais.



11. Considere as afirmações abaixo a respeito do trecho:

Não é assim que sentimos, pois temos a impressão de nos comunicarmos uns com os outros o tempo todo. Mas ela é falsa e deriva apenas de usarmos os mesmos símbolos – as palavras, ordenadas de uma mesma forma e regidas pela gramática de cada língua.

- I. Sem prejuízo para a correção e sem que nenhuma outra alteração seja feita, o sinal de travessão pode ser suprimido, e o segmento *as palavras* isolado por parênteses.
- II. Uma vírgula pode ser inserida imediatamente após **falsa**, sem prejuízo para a correção.
- III. O termo **que** pode ser colocado imediatamente após a palavra *pois*, sem prejuízo para a correção e o sentido original.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
(B) II e III.
(C) III.
(D) I e II.
(E) I e III.

12. Mesmo que as famílias queiram influenciar...

Considerando-se o contexto, o elemento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por:

- (A) Uma vez que
(B) Apesar de
(C) Ao passo que
(D) Porquanto que
(E) Ainda que

13. Fazendo-se as alterações necessárias, os elementos sublinhados foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:

que ocorre a ela / decodificamos tais experiências / influenciar [...] seus descendentes

- (A) que a ocorre / lhes decodificamos / influenciá-los
(B) que ocorre-na / as decodificamos / lhes influenciar
(C) que ocorre-lhe / decodificamos-nas / os influenciar
(D) que lhe ocorre / decodificamos-las / influenciá-los
(E) que lhe ocorre / lhes decodificamos / os influenciar

14. Estão flexionados nos mesmos tempo e modo os verbos em:

- (A) *... cada criança conclui de modo próprio... / ... nos sentimos profundamente solitários...*
- (B) *Mesmo que as famílias queiram... / ... e deveríamos nos orgulhar disso.*
- (C) *nos faz menos insignificantes... / ... pela família que tivemos...*
- (D) *... todo empenho de comunicação entre duas mentes esbarrará com... / ... as formas como registramos...*
- (E) *... pela família que tivemos... / ... e influirão em seus pensamentos subseqüentes.*

15. As normas de concordância estão plenamente respeitadas na frase:

- (A) A estrutura narrativa do drama, base da narrativa cinematográfica, cujos temas e escolhas estilísticas variam muito, permanecem inalteradas até hoje.
- (B) Aparece na maioria das vertentes do drama como a prova definitiva do estofado de seus heróis grandes questões morais, colocadas em forma de dilema.
- (C) O drama apoia-se fundamentalmente na capacidade de o protagonista descobrir que seus talentos, mesmo quando mandado para as galés, como Ben-Hur, seja imediatamente útil e acessível.
- (D) Existe excelentes motivos para a prevalência do drama como gênero-mestre do cinema: sua universalidade é um deles.
- (E) Embora a catarse das comédias possa ser mais poderosa que a do drama, algo na nossa natureza nos indica que chorar é mais nobre do que rir.

Organização do Ministério Público

16. Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Sergipe – Lei Complementar nº 02/90 – o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa

- (A) da sociedade, da probidade administrativa, dos incapazes e dos interesses indisponíveis.
- (B) da ordem jurídica e social, da república e dos interesses coletivos e individuais indisponíveis.
- (C) do regime democrático, da federação e dos interesses difusos e coletivos.
- (D) da tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- (E) da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

17. São princípios institucionais do Ministério Público:

- (A) a vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos.
- (B) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (C) a autonomia funcional e administrativa e a prática de atos próprios de gestão.
- (D) o livre provimento dos cargos da carreira e dos serviços auxiliares e a autonomia financeira e orçamentária.
- (E) o zelo pelos direitos assegurados na Constituição, a promoção da ação civil pública e a representação judicial dos incapazes.



18. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe:

- I. Elaborar suas folhas de pagamento e encaminhá-las ao Poder Executivo para implementá-las dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- II. Propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos respectivos vencimentos.
- III. Compor os seus órgãos de administração.
- IV. Editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos da carreira e dos serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e IV.

19. Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 02/90, no Estado de Sergipe, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida

- (A) pelo Poder Judiciário, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Conselho Superior do Ministério Público.
- (B) pelo Conselho Nacional do Ministério Público, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno da Secretaria Geral do Ministério Público.
- (C) pela Controladoria-Geral do Estado – CGE, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno da Procuradoria-Geral de Justiça.
- (D) pela Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão – SEPLAG, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno da Coordenadoria-Geral do Ministério Público.
- (E) pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Colégio de Procuradores de Justiça.

20. São órgãos administrativos do Ministério Público:

- (A) o Colégio de Procuradores de Justiça, os Órgãos de Apoio Administrativo, a Secretaria Geral e a Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.
- (B) a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- (C) a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, a Corregedoria-Geral do Ministério Público e os Centros de Apoio Operacional.
- (D) a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, a Corregedoria-Geral do Ministério Público, as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça.
- (E) o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, a Corregedoria-Geral do Ministério Público e a Ouvidoria.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Confederação sindical dos servidores públicos ajuizou, perante o Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN contra emenda constitucional que fixou limite remuneratório para servidores públicos ativos. Após ajuizada a ação o dispositivo legal objeto da ADIN foi revogado, deixando de haver disciplina legal sobre o tema. Nesse caso, a ADIN foi proposta por parte
- (A) ilegítima, uma vez que a confederação não equivale a sindicato de âmbito nacional, este sim dotado de legitimidade para o ajuizamento da ADIN, que deverá ser julgada extinta sem julgamento do mérito por este motivo.
- (B) legítima, uma vez que toda confederação sindical é parte legítima para propor ADIN, desde que ajuizada contra ato normativo federal, mas a ação deve ser julgada prejudicada em razão da revogação da emenda constitucional.
- (C) legítima, uma vez que a confederação sindical é parte legítima para propor ADIN, ainda que o dispositivo legal impugnado não se relacione com os objetivos institucionais da entidade, devendo a ação ter o seu pedido apreciado mesmo após a revogação da emenda constitucional, já que a decisão do Tribunal poderá produzir efeitos *ex tunc*.
- (D) legítima, uma vez que a confederação sindical é parte legítima para propor ADIN, desde que o dispositivo legal impugnado se relacione com os objetivos institucionais da entidade, mas a ação deve ser julgada prejudicada em razão da revogação da emenda constitucional.
- (E) ilegítima, uma vez que a confederação não equivale a sindicato de âmbito nacional, este sim dotado de legitimidade para o ajuizamento da ADIN, mas ainda assim a ação poderá ser conhecida de ofício pelo STF, mesmo que a emenda constitucional tenha sido revogada, uma vez que a decisão do Tribunal poderá produzir efeitos *ex tunc*.
22. Um estrangeiro casado com uma brasileira veio a falecer no Brasil, deixando esposa e dois filhos brasileiros, além de seus pais estrangeiros, esses residentes no exterior. Neste caso, a sucessão dos bens deixados no Brasil será regulada pela lei
- (A) pessoal do *de cuius*, desde que contemple como sucessores do *de cuius* todos aqueles previstos na lei brasileira.
- (B) brasileira, ainda que a lei pessoal do *de cuius* seja mais favorável à viúva e aos filhos.
- (C) brasileira, desde que contemple como sucessores do *de cuius* todos aqueles previstos na lei estrangeira.
- (D) pessoal do *de cuius*, ainda que a lei brasileira seja mais favorável à viúva e aos filhos.
- (E) brasileira em benefício da viúva e dos filhos, caso não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*.
23. Após 30 anos do cometimento de crime praticado por grupo civil armado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático foram os autores finalmente identificados, tendo sido proposta a ação penal em face dos criminosos. Nesse caso,
- (A) não poderá ser decretada a prescrição, uma vez que constituiu crime imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (B) não poderá ser decretada a prescrição, uma vez que constituiu crime imprescritível, além da tortura, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (C) não poderá ser decretada a prescrição, uma vez que constituiu crime imprescritível, além do terrorismo, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (D) poderá ser acolhida a prescrição caso esteja configurada, uma vez que, em razão do princípio da segurança jurídica, não há crime imprescritível.
- (E) poderá ser acolhida a prescrição caso configurada, uma vez que apenas o terrorismo e a tortura são crimes imprescritíveis.
24. Considerando o sistema constitucional de repartição de competências entre os entes federativos,
- (A) cabe à União autorizar os Estados e os Municípios, por lei complementar, a legislar sobre questões específicas das matérias inseridas no âmbito de sua competências privativa, entre as quais se encontra o direito tributário.
- (B) os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (C) a delegação de competências materiais da União aos Estados é admitida, nos termos da Constituição Federal, se acompanhada de repasse de recursos federais suficientes para o desempenho da delegação.
- (D) aos Municípios cabe legislar privativamente sobre direito urbanístico, competindo-lhes promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- (E) aos Municípios cabe, como decorrência do fortalecimento de sua autonomia, promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, independentemente do que dispuser a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.



25. Um Município de Sergipe descumpriu ordem judicial transitada em julgado emanada de Juiz Federal de primeiro grau, fazendo com que a parte prejudicada pretenda provocar o decreto de intervenção, federal ou estadual no Município, a fim de que a ordem judicial seja finalmente cumprida. Nesse caso, à luz do disposto na Constituição Federal, poderá ser decretada a intervenção
- (A) federal no município, caso a medida seja requisitada ao Presidente da República pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (B) estadual no município, caso o Superior Tribunal de Justiça requirite a intervenção ao Governador do Estado.
- (C) estadual no município, caso o Supremo Tribunal Federal requirite a intervenção ao Governador do Estado.
- (D) federal no município, caso a medida seja requisitada ao Presidente da República pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) estadual no município, caso o Tribunal de Justiça do Estado dê provimento à representação para prover a execução da ordem judicial.
26. Suponha a edição de medida provisória alterando a lei de diretrizes orçamentárias. Passados 50 dias da publicação da medida provisória, sem que tenha sido definitivamente apreciada pelo Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados determinou o sobrestamento de todas as demais deliberações legislativas em trâmite naquela Casa até que se ultimasse a votação da medida provisória, que acabou sendo rejeitada pela Câmara dos Deputados 70 dias após sua publicação. Considerando o texto constitucional, considere:
- I. A medida provisória não poderia versar sobre diretrizes orçamentárias por expressa vedação constitucional.
- II. O sobrestamento das deliberações legislativas em trâmite perante a Câmara dos Deputados deveria ter ocorrido após 30 dias da publicação da medida provisória.
- III. A medida provisória perdeu os efeitos após 60 dias de sua publicação, motivo pelo qual sequer deveria ter seu mérito apreciado pela Câmara dos Deputados.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I.
- (E) II e III.
27. Considere a hipótese em que o Presidente da República do Brasil e seu Vice tenham falecido em acidente aéreo 90 dias após sua posse. Nessa situação, deverá assumir a Presidência da República o Presidente
- (A) da Câmara dos Deputados, até a posse de um novo Presidente da República eleito pelo voto direto, que completará o mandato do Presidente anterior.
- (B) da Câmara dos Deputados, até a posse de um novo Presidente da República eleito pelo voto direto, que iniciará um novo mandato de quatro anos.
- (C) da Câmara dos Deputados, até a posse de um novo Presidente da República eleito pelo Congresso Nacional, devendo completar o mandato do Presidente anterior.
- (D) do Senado Federal, que completará o mandato do Presidente da República morto, já que a vacância dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República ocorreu nos dois primeiros anos do mandato.
- (E) do Senado Federal, até a posse de um novo Presidente da República eleito pelo voto direto, que iniciará um novo mandato de quatro anos.
28. Suponha que o Procurador-Geral do Ministério Público de Sergipe tenha encaminhado à Assembleia Legislativa projeto de lei complementar estabelecendo a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público estadual, determinando, entre outras medidas, que
- I. as funções de confiança junto ao Ministério Público Estadual, destinadas apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, serão preenchidas, por ato do Procurador-Geral, por pessoas ocupantes ou não de cargo efetivo.
- II. os cargos em comissão junto ao Ministério Público Estadual, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, serão de livre provimento do Procurador-Geral, devendo ser preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos que especifica.
- Caso o projeto de lei seja aprovado pelo Poder Legislativo, a lei será
- (A) inconstitucional, apenas por vício material, no que toca à possibilidade de preenchimento dos cargos em comissão por pessoas que não sejam servidores de carreira.
- (B) inconstitucional, apenas por vício de iniciativa, uma vez que o projeto não poderia ser encaminhado pelo Procurador-Geral do Ministério Público, não havendo vício material de inconstitucionalidade.
- (C) inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que o projeto não poderia ser encaminhado pelo Procurador-Geral do Ministério Público, bem como por vício material, no que toca à possibilidade de preenchimento das funções de confiança por pessoas não ocupantes de cargo efetivo.
- (D) inconstitucional, apenas por vício material, no que toca à possibilidade de preenchimento das funções de confiança por pessoas não ocupantes de cargo efetivo.
- (E) constitucional, uma vez que a Constituição Federal faculta ao Procurador-Geral do Ministério Público a iniciativa legislativa da matéria, não contendo a lei qualquer vício material de inconstitucionalidade.



29. Câmara do Tribunal de Justiça Estadual deu provimento a recurso de apelação, por unanimidade de votos, afastando a aplicação de lei ao caso concreto por entender que violava o direito constitucional de propriedade, sem, no entanto, declarar-lá expressamente inconstitucional. Considerando que o recurso de apelação foi definitivamente julgado pela câmara sem apreciação da questão constitucional pelo plenário do Tribunal ou por seu órgão especial, deve-se concluir que o Tribunal de Justiça agiu
- (A) corretamente, uma vez que a cláusula de reserva de plenário apenas aplica-se aos julgamentos das ações diretas de inconstitucionalidade, declaratória de constitucionalidade e da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 - (B) incorretamente, uma vez que apenas pela maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.
 - (C) incorretamente, uma vez que apenas pela maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade ou a constitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.
 - (D) incorretamente, uma vez que a câmara deveria ter declarado expressamente a inconstitucionalidade da lei a fim de viabilizar a interposição do recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
 - (E) corretamente, uma vez que qualquer juiz ou tribunal pode, ao julgar um caso concreto, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.

30. Suponha a edição de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal assim redigida:

Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

A referida súmula vincula a atuação

- (A) da Administração pública e do Poder Judiciário, e seu descumprimento enseja o cabimento de reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal, podendo esse Tribunal anular o ato administrativo ou cassar a decisão judicial reclamada, determinando que outra seja proferida.
- (B) da Administração pública e do Poder Judiciário, mas apenas o descumprimento pelo Poder Judiciário enseja o cabimento de reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal, podendo esse Tribunal cassar a decisão judicial reclamada, determinando que outra seja proferida.
- (C) da Administração pública e do Poder Judiciário, mas seu descumprimento não enseja o cabimento de reclamação constitucional, visto que essa medida é cabível apenas na hipótese de descumprimento de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em processo judicial.
- (D) apenas do Poder Judiciário, e não da Administração pública, sendo que seu descumprimento enseja o cabimento de reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal, que apenas poderá suspender os efeitos da decisão reclamada, não podendo determinar que outra seja proferida.
- (E) apenas da Administração pública, visto que se refere aos processos administrativos em curso perante o Tribunal de Contas da União, e seu descumprimento enseja o cabimento de reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal, que apenas poderá suspender os efeitos do ato administrativo reclamado, não podendo anulá-lo.

Direito Administrativo

31. Empresa pública do Estado de Sergipe pretende vender imóvel, não afetado à prestação de serviço público, à sociedade de economia mista do mesmo Estado. Para tanto, dado o disposto no Art. 17 da Lei nº 8.666/1993, faz-se necessário

- (A) demonstrar a existência de interesse público e obter autorização legislativa.
- (B) demonstrar a existência de interesse público, obter autorização legislativa e avaliar previamente o imóvel.
- (C) obter autorização legislativa, avaliar previamente o imóvel, sendo desnecessária a demonstração de interesse público, que se entende existente em razão da prévia autorização legislativa.
- (D) demonstrar a existência de interesse público e avaliar o imóvel, sendo desnecessária a obtenção de autorização legislativa, por se tratar de entidade pertencente à Administração direta do Estado de Sergipe.
- (E) demonstrar a existência de interesse público e avaliar previamente o imóvel, não sendo necessária autorização legislativa e procedimento licitatório que, na hipótese, é dispensado.

32. O Município de Aracajú pretende delegar à iniciativa privada a prestação do serviço municipal de transporte coletivo de passageiros. Após estudos técnicos e econômico-financeiros, resolveu fazê-lo por meio de concessão comum de serviço público, disciplinada pela Lei nº 8.987/1995. Para tanto, é necessário, entre outras providências,

- (A) realizar procedimento licitatório, em qualquer modalidade, havendo, no entanto, necessidade de justificar a escolha.
- (B) realizar procedimento licitatório, na modalidade concorrência, com participação restrita a pessoas jurídicas.
- (C) realizar procedimento licitatório, na modalidade concorrência, do qual poderão participar pessoas físicas e pessoas jurídicas.
- (D) firmar contrato escrito, por prazo determinado, não sendo obrigatória a realização de licitação, por se tratar de concessão, não de permissão de serviços públicos.
- (E) firmar contrato escrito, por prazo determinado, sendo obrigatória a realização de procedimento licitatório, na modalidade leilão.

33. O Estado de Sergipe pretende instituir pessoa jurídica e a ela atribuir a titularidade e a execução de um determinado serviço público, que é de sua exclusiva titularidade. Pretende, ainda, atribuir à referida pessoa personalidade jurídica de natureza pública, com igual capacidade e dotada de todos os privilégios e prerrogativas suas. Para tanto, deverá

- (A) instituir sociedade de economia mista, obtendo, para tanto, a competente autorização legislativa.
- (B) instituir empresa pública, obtendo, para tanto, a competente autorização legislativa.
- (C) criar autarquia estadual, por meio de lei específica.
- (D) criar autarquia estadual, mediante decreto de competência do Chefe do Executivo estadual, conforme autoriza o Art. 84, VI, "a", da CF.
- (E) criar autarquia estadual, empresa pública ou sociedade de economia mista, desde que o faça por meio de lei específica.



34. Após regular processo licitatório a Administração pública firmou, com a licitante vencedora, contrato para execução de serviços contínuos de limpeza hospitalar, cujo prazo de vigência inicial (de 12 meses) está para expirar. Considerando que a Administração não pode prescindir dos referidos serviços, necessários que são ao funcionamento regular da instituição hospitalar, ao administrador abre-se a possibilidade de
- (A) aditar o contrato, por se tratar de serviços a serem executados de forma contínua, mesmo após o escoamento do prazo de vigência originalmente fixado.
- (B) prorrogar o contrato, por igual período, dispensada a realização de pesquisa de mercado para verificar a adequação dos preços.
- (C) deixar escoar o prazo de vigência do ajuste, porquanto o contrato se transmutará de contrato por prazo determinado para contrato por prazo indeterminado, conforme ocorre nos contratos de locação.
- (D) prorrogar o contrato, no prazo de vigência do ajuste, desde que haja autorização no instrumento convocatório e no contrato, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas, conforme análise de preços praticados no mercado.
- (E) prorrogar o contrato, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas, no prazo de vigência do ajuste, possibilidade que dependerá da análise da adequação dos preços praticados com os de mercado, mas não estará limitada à existência de permissivo no instrumento convocatório e no contrato.
-
35. O Estado de Sergipe firmou, com entidade de direito privado, convênio para consecução de obra de interesse comum, mediante mútua colaboração, nos termos do que autoriza o Art. 116 da Lei nº 8.666/1993. A referida entidade privada recebeu recursos públicos para execução do objeto conveniado. No entanto, ao final do prazo estipulado para execução do ajuste, na prestação de contas, verificou-se que parte do valor recebido foi destinado, sem autorização do Poder Público, à execução de obra não prevista no plano de trabalho do ajuste. Dado o ocorrido,
- (A) o valor transferido passou a integrar o patrimônio da entidade que o recebeu, não ficando vinculado à utilização prevista no ajuste.
- (B) o valor recebido não perde a natureza de dinheiro público. Por essa razão, não poderia ter sido empregado em obra distinta da prevista no objeto do ajuste, sem a autorização do Poder Público. No caso, a entidade privada responde ao ente repassador, a quem deverá restituir o valor incorretamente empregado, e ao Tribunal de Contas.
- (C) a entidade privada poderia utilizar parte dos recursos em obra distinta da prevista no convênio, desde que tenha executada obra prevista no ajuste a contento.
- (D) a entidade não está obrigada a prestar contas dos recursos ao ente repassador e ao Tribunal de Contas, em razão de se constituir em pessoa jurídica de direito privado.
- (E) a entidade privada poderia utilizar parte dos recursos recebidos em obra distinta da prevista no objeto do convênio, desde que destinada à coletividade.
-
36. Considere o trecho do julgado do Supremo Tribunal Federal abaixo transcrito, que descreve situação na qual foi constatado que o ato administrativo foi praticado atendendo à finalidade contrária ao interesse público, buscando favorecimento pessoal.
- MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. NEPOTISMO CRUZADO. ORDEM DENEGADA. Reconhecida a competência do Tribunal de Contas da União para a verificação da legalidade do ato praticado pelo impetrante, nos termos dos Arts. 71, VIII e IX da Constituição Federal. Procedimento instaurado no TCU a partir de encaminhamento de autos de procedimento administrativo concluído pelo Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. No mérito, configurada a prática de nepotismo cruzado, tendo em vista que a assessora nomeada pelo impetrante para exercer o cargo em comissão no Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, sediado em Vitória-ES, é nora do magistrado que nomeou a esposa do impetrante para cargo em comissão no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sediado no Rio de Janeiro-RJ. A nomeação para cargo de assessor do impetrante é ato formalmente lícito. Contudo, no momento em que é apurada a finalidade contrária ao interesse público, qual seja a troca de favores entre os membros do judiciário, o ato deve ser invalidado, por violação ao princípio da moralidade administrativa e por estar caracterizado a sua ilegalidade, por desvio de finalidade. Ordem negada. Decisão unânime. [...] (STF, 2ª Turma; MS 24020/DF; Rel.Min. Joaquim Barbosa. Julgamento: 06/03/2012; v.u)*
- Em hipóteses que tais, a Administração,
- (A) tem a faculdade de revogar o ato de nomeação, no exercício da autotutela.
- (B) tem o dever de recorrer ao judiciário para revogar o ato de nomeação, vedado, na hipótese, o exercício da autotutela.
- (C) tem o poder-dever de invalidar o ato de nomeação, que, no caso, está eivado do vício de legalidade, no exercício da autotutela.
- (D) deve recorrer ao judiciário para invalidar o ato de nomeação, vedado, na hipótese, o exercício da autotutela.
- (E) pode revogar ou invalidar o ato de nomeação, no exercício da autotutela.
-
37. Quanto aos cargos declarados em lei de provimento em comissão, é correto afirmar que
- (A) a nomeação para ocupá-los, dispensa a prévia aprovação em concurso público e a exoneração de seu titular fica a exclusivo critério da autoridade nomeante.
- (B) a nomeação, para ocupá-los, não dispensa a aprovação prévia em concurso público, mas a exoneração é livre, despida de qualquer formalidade especial.
- (C) são considerados de livre nomeação e exoneração, o que não dispensa a prévia aprovação em concurso público.
- (D) o exercício se dá em razão de relação de confiança entre a autoridade nomeante e o seu titular, mas a exoneração não é livre, sendo necessário, para tanto, processo administrativo de defesa.
- (E) são instituídos em caráter transitório, mas seu desempenho é permanente, e, por essa razão é que são considerados de livre nomeação e exoneração.



38. Os municípios que compõem a Região Metropolitana de Aracaju – criada pela Lei Complementar Estadual nº 25, de 29 de dezembro de 1995 – e o Estado de Sergipe constituíram consórcio público, de que cuida a Lei nº 11.107/2005, , destinado à prestação de serviços públicos de interesse comum. Para o cumprimento de seus objetivos, o referido consórcio público poderá
- (A) organizar entidade civil ou comercial que administre seus interesses, considerando que o consórcio não assume personalidade jurídica.
 - (B) firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, obrigatoriamente em nome das pessoas políticas que o integram, dado que tais poderes são próprios das pessoas físicas ou jurídicas.
 - (C) criar comissão executiva que atuará em nome das pessoas jurídicas que o compõe, nos limites do protocolo de intenções.
 - (D) declarar, nos termos do contrato de consórcio de direito público, de utilidade pública ou necessidade pública, ou interesse social, imóvel para fins de desapropriação.
 - (E) outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante autorização prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor.
39. O Art. 37, § 4º, da Constituição Federal foi regulamentado pela Lei nº 8.249/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na Administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Nos termos da lei, configuram improbidade administrativa, os atos de enriquecimento ilícito,
- (A) praticados por agente público, servidor ou não, ficando fora do âmbito de incidência da lei os atos que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração pública.
 - (B) os atos que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração pública, desde que praticados por servidor público. Atos da mesma natureza praticados por agente público não qualificado, pela lei, como servidor público são punidos na forma da Lei.
 - (C) os atos que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração pública praticados por agente público, servidor ou não, contra a Administração pública direta. Atos da mesma natureza praticados por agente público, servidor ou não, em face da administração indireta ou fundacional são punidos na forma da Lei.
 - (D) os atos que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração pública praticados por agente público, servidor ou não, contra a Administração pública direta, indireta ou fundacional. Atos da mesma natureza praticados por agente público, servidor ou não, em face de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio ou da receita anual são punidos na forma da Lei.
 - (E) os atos que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração pública praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a Administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio ou da receita anual.
40. Decisão judicial transitada em julgado invalidou ato demissório de servidor público estadual que ocupava o cargo de analista de sistemas junto à Secretaria da Fazenda. Ao providenciar o reingresso do servidor no serviço público estadual a Administração, nos termos do que estabelece a Lei nº 2.148/1977, deverá reintegrá-lo no cargo
- (A) de analista de sistemas junto à Secretaria da Fazenda, ato que prescinde do resultado da inspeção médica realizada para efeito de aferição de sua capacidade funcional para o exercício do cargo, por se tratar do cumprimento de ordem judicial.
 - (B) de analista de sistemas junto à Secretaria da Fazenda, exceto se o cargo já estiver ocupado, situação em que a reintegração restará prejudicada, mesmo cuidando-se de cumprimento de decisão judicial, porque não é possível que um cargo seja titularizado, ao mesmo tempo, por mais de um servidor.
 - (C) de analista de sistemas junto à Secretaria da Fazenda, independentemente de o cargo ter sido extinto ou transformado, hipótese em que deverá reintegrá-lo em qualquer cargo público, independentemente de sua habilitação profissional, por se tratar de cumprimento de ordem judicial.
 - (D) que ocupava quando do ato demissório e, se este houver sido transformado, deverá reintegrá-lo no cargo resultante da transformação. Se extinto o cargo de analista de sistemas, a reintegração far-se-á para cargo equivalente, respeitada a habilitação profissional do servidor.
 - (E) de analista de sistemas junto à Secretaria da Fazenda, exceto se o cargo houver sido transformado ou extinto, situação em que a reintegração restará prejudicada, mesmo cuidando-se do cumprimento de decisão judicial, porque não haverá cargo a ser ocupado.
- Direito Civil**
41. Considere as afirmativas:
- I. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 45 dias depois de oficialmente publicada.
 - II. Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
 - III. Salvo disposição em contrário, a lei revogada resta-se ao ter a lei revogadora perdido vigência.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I, apenas.
 - (E) II, apenas.



42. É correto afirmar:

- (A) Salvo os casos previstos em lei, os direitos da personalidade são livremente transmissíveis e renunciáveis.
- (B) É irrevogável o ato de disposição gratuita do próprio corpo, para depois da morte do doador.
- (C) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- (D) O pseudônimo adotado, ainda que para atividades lícitas, não goza da mesma proteção que se dá ao nome da pessoa natural.
- (E) A exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa são direitos personalíssimos do ofendido, não se transmitindo a qualquer herdeiro a possibilidade de sua proteção jurídica.

43. Em relação à prova dos negócios jurídicos:

- (A) Os menores de dezoito anos não podem ser admitidos como testemunhas.
- (B) Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não poderá aproveitar-se de sua recusa.
- (C) A confissão é possível em face de direito de qualquer natureza, é irrevogável e não é passível de anulação em nenhuma hipótese.
- (D) As pessoas que não podem ser admitidas como testemunhas não poderão ser ouvidas em juízo, salvo se prestarem compromisso de veracidade de suas declarações.
- (E) O instrumento particular, feito e assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor e, independente de registro público, operam seus efeitos em relação a terceiros de imediato.

44. Em relação à nulidade e à anulabilidade dos negócios jurídicos:

- (A) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, beneficiando exclusivamente aos que a alegarem, salvo os casos de solidariedade ou indivisibilidade.
- (B) O negócio nulo pode ser confirmado ou ratificado pelas partes, salvo direito de terceiro.
- (C) É anulável o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação e simulação, além de outros casos previstos expressamente em lei.
- (D) Pode-se reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou-se a um incapaz, desde que se reclame diretamente a seu representante legal.
- (E) Para eximir-se de uma obrigação contraída irregularmente, basta ao menor entre dezesseis e dezoito anos invocar a sua idade, em qualquer situação ou circunstância, o que o isentará de responsabilidade.

45. É correto afirmar:

- (A) Como regra, as causas interruptivas da prescrição aplicam-se igualmente aos prazos decadenciais.
- (B) A interrupção da prescrição poderá ocorrer quantas vezes ocorram e se provem as causas interruptivas.
- (C) A prescrição iniciada contra uma pessoa interrompe-se com sua morte e deixa de correr contra o seu sucessor.
- (D) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
- (E) Não correm os prazos prescricionais contra os relativamente incapazes e contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas.

Direito Processual Civil

46. Quanto à forma dos atos processuais, é correto afirmar:

- (A) Os atos processuais realizam-se em dias úteis, das seis às vinte horas, em nenhuma hipótese podendo ultrapassar esses horários, que são peremptórios.
- (B) Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais.
- (C) Os atos do juiz que lhe competem, exclusivamente são as sentenças, todos os demais podendo ser praticados pelo escrivão e revistos posteriormente pelo juiz.
- (D) É vedado ao juiz determinar prazos para a prática dos atos processuais, pois é sempre a lei que os determina.
- (E) O prazo legal interrompe-se nos feriados e na superveniência de férias, contando-se do início a partir do primeiro dia útil posterior a elas.

47. Extingue-se o processo, sem resolução do mérito,

- (A) pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
- (B) quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- (C) quando o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.
- (D) quando as partes transigirem.
- (E) quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada.

48. No tocante às provas,

- (A) o ônus da prova é imperativo legal e não admite convenção que o distribua de maneira diversa em nenhuma hipótese.
- (B) o juiz pode, desde que até o saneamento do processo e com a concordância das partes, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa.
- (C) a parte é obrigada a depor sobre quaisquer fatos, sem exceção, pois no processo civil ninguém se exime do dever de colaborar com o Poder Judiciário para o descobrimento da verdade.
- (D) em falta de normas jurídicas particulares, o juiz aplicará as regras de experiência comum ditadas pela observação do que geralmente acontece e, ainda, as regras da experiência técnica, com ressalva do exame pericial quanto a esta última.
- (E) somente os meios legais são hábeis para provar a verdade dos fatos em que se funda a ação ou a defesa.



| | |
|---|---|
| <p>49. Considere as afirmativas:</p> <p>I. O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público.</p> <p>II. O Ministério Público tem legitimidade para recorrer nos processos em que é parte e, excepcionalmente, naqueles em que oficiou como fiscal da lei.</p> <p>III. Cumpre ao terceiro que deseje recorrer demonstrar o nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III. (B) I e II. (C) I e III. (D) I. (E) III.</p> | <p>54. Segundo o entendimento jurisprudencial hoje preponderante, a lesão corporal respectivamente simples e qualificada ocorrida no Brasil (Cód. Penal, Art. 129 e seus parágrafos) é um crime de ação penal</p> <p>(A) pública incondicionada e de ação penal privada. (B) pública condicionada à representação e de ação penal privada. (C) pública condicionada à representação e incondicionada. (D) privada e de ação penal pública condicionada à representação. (E) pública e exclusivamente condicionada à representação.</p> |
| <p>50. Em relação ao arresto,</p> <p>(A) o juiz concederá o arresto, independentemente de justificação prévia, quando for requerido pela União, Estado ou Município, nos casos previstos em lei, bem como se o credor prestar caução.</p> <p>(B) para sua concessão, é preciso prova literal da dívida, ainda que ilíquida.</p> <p>(C) como regra, a sentença proferida no arresto faz coisa julgada na ação principal.</p> <p>(D) julgada procedente a ação principal, o arresto consolida-se como tal.</p> <p>(E) caracterizada a inadimplência do devedor, sua concessão judicial é automática.</p> | <p>55. A subtração de veículo automotor que venha a ser transportado para o exterior, ocorrida mediante concurso de agentes, durante o repouso noturno e com emprego de narcotização da vítima classifica-se precisamente como</p> <p>(A) furto simples. (B) furto com causa de aumento. (C) furto qualificado. (D) roubo impróprio. (E) roubo próprio.</p> |
| <p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>51. Excluídas as situações normativas do Art. 64 do Código Penal, não é tecnicamente reincidente o agente que, nessa ordem sucessiva, tenha cometido no Brasil ilícitos penais com a natureza de</p> <p>(A) crime doloso e crime culposo. (B) crime em geral e contravenção penal. (C) contravenção penal e crime em geral. (D) contravenção penal e contravenção penal. (E) crime culposo e crime doloso.</p> | <p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>56. Em relação ao inquérito policial,</p> <p>(A) o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade. (B) nos crimes de ação penal de iniciativa pública, somente pode ser iniciado de ofício. (C) a autoridade policial poderá mandar arquivar os autos de inquérito policial em caso de evidente atipicidade da conduta investigada. (D) se o indiciado estiver preso em flagrante, o inquérito policial deverá terminar no prazo máximo de cinco dias, salvo disposição em contrário. (E) é indispensável à propositura da ação penal de iniciativa pública.</p> |
| <p>52. A ideia de insignificância penal centra-se no conceito</p> <p>(A) formal de crime. (B) material de crime. (C) analítico de crime. (D) subsidiário de crime. (E) aparente de crime.</p> | <p>57. Nos casos de crimes processados mediante ação penal de iniciativa exclusivamente privada, o prazo máximo, em regra, para o oferecimento da queixa-crime é de</p> <p>(A) um mês, contado da data do fato. (B) um mês, contado do dia em que o ofendido ou seu representante legal vier a saber quem é o autor do crime. (C) seis meses, contados do dia em que o ofendido ou seu representante legal vier a saber quem é o autor do crime. (D) três meses, contados do dia em que o ofendido ou seu representante legal vier a saber quem é o autor do crime. (E) seis meses, contados da data do fato.</p> |
| <p>53. Segundo o Art. 12, as regras gerais do Código Penal aplicam-se às incriminações constantes de leis especiais, se estas não dispuserem de modo diverso. Consagra-se, com isso, a ideia de</p> <p>(A) alternatividade imprópria. (B) subsidiariedade. (C) consunção. (D) alternatividade própria. (E) especialidade.</p> | |



| | |
|---|---|
| <p>58. Em relação à prisão processual,</p> <p>(A) qualquer do povo deverá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.</p> <p>(B) o juiz não pode decretar novamente prisão preventiva contra o mesmo investigado, caso já tenha revogado prisão preventiva anterior, ainda que sobrevenha razão que eventualmente a justifique.</p> <p>(C) considera-se em flagrante delito quem acaba de cometer a infração penal.</p> <p>(D) bastam a prova da existência do crime e indício suficiente de autoria para a decretação da prisão preventiva.</p> <p>(E) considera-se em flagrante delito quem é encontrado, em qualquer fase do inquérito policial, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.</p> | <p>62. A ação civil pública</p> <p>(A) será cabível para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários possam ser individualmente determinados.</p> <p>(B) não será cabível para apurar responsabilidade por danos por infração à ordem econômica.</p> <p>(C) será cabível para apurar responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados por ato de discriminação étnica.</p> <p>(D) não será cabível para apurar responsabilidades por danos patrimoniais causados à ordem sanitária.</p> <p>(E) não será cabível para apurar responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados por infração à ordem urbanística.</p> |
| <p>59. A prisão temporária, em caso de crime não hediondo nem a ele equiparado, terá o prazo de</p> <p>(A) dez dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.</p> <p>(B) cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.</p> <p>(C) trinta dias, improrrogáveis.</p> <p>(D) oitenta e um dias, improrrogáveis.</p> <p>(E) sessenta dias, prorrogável por trinta dias em caso de extrema e comprovada necessidade.</p> | <p>63. Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Inclui-se nessa estrutura,</p> <p>(A) o órgão superior composto pela Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.</p> <p>(B) o órgão consultivo e deliberativo composto pelo Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.</p> <p>(C) o órgão central composto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.</p> <p>(D) o órgão executor composto pelos órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.</p> <p>(E) os órgãos Seccionais compostos pelos órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.</p> |
| <p>60. No que se refere a procedimento no Tribunal do Júri, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Poderão ser jurados os cidadãos maiores de 18 anos.</p> <p>(B) Estão isentos do serviço do júri aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.</p> <p>(C) Contra a sentença de impronúncia caberá apelação.</p> <p>(D) O juiz, fundamentadamente, impronunciará desde logo o acusado quando provado não ser ele o autor ou partícipe do fato.</p> <p>(E) O jurado que tiver integrado o Conselho de Sentença nos 12 (doze) meses que antecederam à publicação da lista geral fica dela excluído.</p> | |
| <p style="text-align: center;">Direitos Difusos e Coletivos</p> <p>61. Com relação ao procedimento administrativo e processo judicial previstos na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar:</p> <p>(A) Apenas o cidadão eleitor pode representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.</p> <p>(B) É permitida a transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa.</p> <p>(C) No caso da ação principal ter sido proposta pelo Ministério Público, dispensa-se a intervenção da pessoa jurídica interessada como litisconsorte.</p> <p>(D) O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará, sob discricionariedade do Promotor de Justiça, como fiscal da lei.</p> <p>(E) A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano determinará o pagamento em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.</p> | <p>64. Quanto à decadência e à prescrição no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:</p> <p>(A) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 30 dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.</p> <p>(B) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 90 dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.</p> <p>(C) A instauração de inquérito civil obsta a decadência desde que celebrado termo de ajustamento de conduta.</p> <p>(D) Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.</p> <p>(E) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que o consumidor notificar o fabricante.</p> |



| | |
|--|--|
| <p>65. Com relação aos direitos fundamentais previstos no Estatuto do Idoso, considere:</p> <p>I. O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social.</p> <p>II. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.</p> <p>III. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, sendo que, apenas quando referendada pelo primeiro é que terá efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.</p> <p>IV. Se o idoso não possuir condições econômicas de prover o seu sustento, ainda que os seus familiares o tenham, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.</p> <p>V. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e V. (B) II e III. (C) I, II, III e IV. (D) III e V. (E) I, IV e V.</p> | <p>67. Uma ação popular foi ajuizada por cidadão residente no município em que também é eleitor. No entanto, os fatos a serem apurados na referida ação aconteceram em outro município. Nessa hipótese, a ação deverá</p> <p>(A) ser extinta sem resolução do mérito por falta de legitimidade ativa.</p> <p>(B) ser extinta sem resolução do mérito por falta de interesse de agir, uma vez que o cidadão somente pode ajuizar ação popular no seu domicílio eleitoral.</p> <p>(C) prosseguir apenas se o Ministério Público assumir o polo ativo da ação.</p> <p>(D) prosseguir normalmente porque sendo eleitor é cidadão para fins de ajuizamento da ação popular.</p> <p>(E) ser extinta com resolução do mérito por falta de prova da cidadania.</p> |
| <p>66. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Diante disso, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.</p> <p>(B) a Área de Proteção Ambiental não comporta utilização, ainda que inserida em propriedade privada.</p> <p>(C) as condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.</p> <p>(D) a Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme dispuser o regulamento.</p> <p>(E) constitui, junto com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a Reserva Particular do Patrimônio Natural, a Área de Relevante Interesse Ecológico, a Floresta Nacional; a Reserva Extrativista e a Reserva de Fauna o Grupo das Unidades de Uso Sustentável.</p> | <p>68. Com relação ao compromisso de ajustamento de conduta e o inquérito civil,</p> <p>(A) o compromisso de ajustamento de conduta somente poderá ser celebrado no curso do inquérito civil, a qualquer tempo, ainda que os fatos não estejam devidamente esclarecidos.</p> <p>(B) dentre os legitimados ativos para a propositura da ação civil pública não apenas o Ministério Público pode celebrar compromisso de ajustamento.</p> <p>(C) o compromisso de ajustamento, para ter eficácia de título executivo judicial, deve ser homologado judicialmente.</p> <p>(D) os autos do inquérito civil arquivados em razão da celebração de compromisso de ajustamento devem ser remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de até 30 dias, ao Conselho Superior do Ministério Público para homologação.</p> <p>(E) o compromisso de ajustamento de conduta celebrado pelo Ministério Público obsta que qualquer outro seja celebrado pelos demais órgãos públicos colegitimados.</p> |
| | <p>69. Caracteriza prática abusiva contra o consumidor</p> <p>(A) não atender as demandas dos consumidores.</p> <p>(B) enviar ou entregar ao consumidor, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço, sem solicitação prévia.</p> <p>(C) prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, para vender seus produtos ou serviços.</p> <p>(D) ajustar com o consumidor vantagens contratuais.</p> <p>(E) condicionar o fornecimento de produto a limites quantitativos.</p> |
| | <p>70. O artigo 1º da Lei nº 8.429/92 elenca os possíveis sujeitos passivos imediatos do ato de improbidade administrativa, dentre eles NÃO figuram</p> <p>(A) empresa ou entidade para cuja criação o erário haja concorrido ou concorra com pelo menos 50% do patrimônio ou da receita anual.</p> <p>(B) órgãos da Administração indireta ou fundacional.</p> <p>(C) órgãos da Administração direta.</p> <p>(D) empresa ou entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo fiscal ou creditício de órgão público.</p> <p>(E) empresa incorporada ao patrimônio público.</p> |

**DISCURSIVA**Instruções gerais:

Conforme Edital publicado, capítulo IX, item 6, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva que:

- a. fugir ao assunto proposto;
- b. apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado;
- c. for assinada fora do local apropriado;
- d. apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- e. for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
- f. estiver em branco;
- g. apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

O limite máximo é de 60 linhas.

Redija seu texto final no **Caderno de Redação Definitiva**. Para correção, NÃO será considerado o texto escrito neste rascunho.

Discorra criticamente sobre a disciplina da coisa julgada nas ações civis públicas e nas ações coletivas no processo civil brasileiro.

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |



| | |
|----|--|
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |
| 31 | |
| 32 | |
| 33 | |
| 34 | |
| 35 | |
| 36 | |
| 37 | |
| 38 | |
| 39 | |
| 40 | |
| 41 | |
| 42 | |
| 43 | |
| 44 | |
| 45 | |
| 46 | |
| 47 | |
| 48 | |
| 49 | |
| 50 | |
| 51 | |
| 52 | |
| 53 | |
| 54 | |
| 55 | |
| 56 | |
| 57 | |
| 58 | |
| 59 | |
| 60 | |

R A S C U N H O